



Foto Alencar Monteiro — Telefoto "Estado"

Na Câmara, Marchezan (Arena) e Getúlio Dias (MDB) discutem o caso Brossard

Portella confia em sua missão

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Petrônio Portella, reafirmou ontem sua confiança no êxito do diálogo e das reformas políticas, negando que tenha havido "qualquer contratempo neste sentido".

O parlamentar pianiense negou que já tenha elaborado suas alternativas para as reformas constitucionais mas admitiu que, em seu próximo encontro com o presidente Geisel, pretende levar "idéias gerais, com várias alternativas". Em seguida recusou-se a prever, exatamente, o dia em que isto ocorrerá.

"Não sei ainda. Há a viagem do presidente hoje, e, depois, a convenção. Só depois da convenção, que está iminente. Só temos olhos para ela", disse o senador.

Portella explicou ainda que continua mantendo contatos, visando à obtenção de fórmulas destinadas à substituição do AI-5 e de toda a legislação excepcional.

"Não parei um só instante. Estou conversando. Não vou é chamá-los para testemunhar os encontros", disse aos repórteres. "O cronograma não foi alterado. Não houve qualquer mudança e prova disso foi o discurso do dia 31 de março do presidente Geisel, perante às Forças Armadas e à direção da Arena, quando ele reafirmou seu compromisso com as reformas", acrescentou.

Portella não quis comentar o Projeto Brasil, apresentado à imprensa, pelo senador Teotônio Vilela. Como justificativa, Portella disse que o senador ainda não lhe havia entregue o projeto, conforme anunciara.

No discurso em que estreou como líder do MDB no Senado, Paulo Brossard fez duras críticas ao diálogo coordenado por Petrônio Portella. Este recebeu depois, contudo, a solidariedade de todos os senadores arenistas, à exceção de Teotônio Vilela e Magalhães Pinto.

REELEIÇÃO

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem projeto do deputado Santos Filho, da Arena do Paraná, que altera a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, proibindo a reeleição, para o período imediato, dos membros das comissões executivas municipais, regionais e nacionais. O autor da proposta argumenta que a permanência prolongada dos mesmos dirigentes nos postos de comando conduz à formação de "verdadeiros feudos partidários e de oligarquias nos governos regionais".

O relator do projeto, deputado Afrísio Vieira Lima (Arena-BA) afirma em seu parecer favorável que a medida seria, sem dúvida, democrática e salutar ao País.